

APRESENTAÇÃO DA EDITORA.....	5
NOTA DO DIRETOR.....	7
SOBRE O DIRETOR.....	9
SOBRE OS VOLUMES III E IV.....	10

## VOLUME IV

### Julgados Convergentes e Divergentes

#### Parte Penal Especial

#### PARTE VIII • Dos crimes contra a pessoa

72. O que se entende por <i>motivo torpe</i> ?.....	19
73. O que se entende por <i>motivo fútil</i> ?.....	28
74. O ciúme configura futilidade?.....	37
75. É admissível o dolo eventual nas qualificadoras do homicídio?.....	45
76. Como avaliar o recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima?.....	64
77. A transmissão do vírus da AIDS configura tentativa de homicídio?.....	77
78. Para aplicação do perdão judicial, no homicídio culposo, as consequências do crime devem atingir o próprio agente ou basta que alcance pessoa do seu relacionamento? ..	96
79. Qual a dimensão do estado puerperal para a configuração do infanticídio?.....	104
80. O aborto do feto anencéfalo é considerado crime?.....	118
81. A ação penal, na lesão corporal decorrente de violência doméstica, é pública incondicionada ou condicionada à representação da vítima?.....	135
82. Qual o grau de convivência exigido entre autor e vítima para configurar a violência doméstica?.....	151
83. A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de crime contra honra?.....	162
84. A injúria se configura no calor da discussão?.....	178

85. A injúria racial pode ser considerada crime de racismo? .....	185
86. O crime de ameaça admite substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito? .....	200
87. Para a caracterização do crime de ameaça é necessário ânimo refletido por parte do agente? .....	213

### PARTE IX • Dos crimes contra o patrimônio

88. Quando se dá a consumação do furto? .....	223
89. É aplicável a causa de aumento do repouso noturno ao furto qualificado? .....	240
90. Como avaliar a abrangência do princípio da insignificância no cenário do furto? .....	251
91. Como caracterizar o furto de uso, que afasta a configuração do crime? .....	268
92. A <i>trombada</i> caracteriza crime de roubo? .....	282
93. Qual a amplitude do repouso noturno para efeito de aplicação da causa de aumento prevista no art. 155, § 1.º, do Código Penal? .....	295
94. O que se considera <i>pequeno valor</i> para configurar o furto privilegiado? .....	319
95. É viável a aplicação do privilégio às formas qualificadas do furto? .....	330
96. É exigível o exame de corpo de delito para a configuração da qualificadora de destruição de obstáculo? .....	360
97. Como se caracteriza o abuso de confiança para fins de aplicação da qualificadora? ...	377
98. Qual a amplitude do termo <i>escalada</i> para a configuração da qualificadora? Há necessidade de laudo pericial? .....	390
99. Quando se consuma o crime de roubo? .....	408
100. O roubo, com privação da liberdade da vítima, envolve a aplicação da causa de aumento prevista no inciso V, do § 2.º, do art. 157, do CP, ou demanda o concurso material com o delito de sequestro ou cárcere privado? .....	420
101. Há tentativa de roubo impróprio? .....	436
102. Como aplicar o aumento no caso de existência de mais de uma causa de aumento no roubo? .....	451
103. A intimidação realizada com o emprego de arma de brinquedo permite a configuração da causa de aumento? .....	464
104. É indispensável a apreensão da arma para a aplicação da causa de aumento no roubo? .....	475
105. O simulacro de arma, a arma defeituosa ou sem munição permite a concretização da causa de aumento no roubo? .....	487
106. Para configurar a circunstância de elevação da pena (causa de aumento ou qualificadora), referente ao concurso de pessoas, nos delitos patrimoniais, exige-se a presença na cena do crime? .....	501
107. Em que hipótese(s) configura-se a tentativa de latrocínio? .....	514
108. A multiplicidade de vítimas, quanto ao resultado qualificador, no latrocínio, configura crime único? .....	535

109. A vantagem, prevista na extorsão mediante sequestro, tem apenas o caráter econômico? .....	549
110. A devolução da coisa, após a consumação da apropriação indébita, permite a absolvição ou a extinção da punibilidade? .....	595
111. É exigível o dolo específico ou elemento subjetivo específico para a configuração da apropriação indébita previdenciária? .....	615
112. Configura crime o denominado <i>estelionato judiciário</i> ? .....	622
113. O estelionato previdenciário é crime instantâneo ou permanente? .....	649
114. A figura da receptação qualificada, da forma como redigido o § 1.º do art. 180, do Código Penal, ofende algum princípio constitucional? .....	660

### PARTE X • Dos crimes contra a propriedade imaterial

115. Pode-se considerar insignificante a violação de direito autoral? .....	671
---	-----

### PARTE XI • Dos crimes contra a dignidade sexual

116. O exame de corpo de delito é indispensável para a comprovação do estupro? .....	682
117. A vulnerabilidade, constante do tipo do art. 217-A, do Código Penal, é absoluta ou relativa? .....	693
118. Nos crimes sexuais, a ação penal sempre está sujeita à representação da vítima? .....	710
119. A tutela da moralidade sexual e dos bons costumes, constante do tipo penal do art. 229, ofende algum princípio constitucional? .....	732

### PARTE XII • Dos crimes contra a paz pública

120. É admissível a cumulação do crime de quadrilha ou bando com qualificadora de outro delito, quando baseada no concurso de pessoas? .....	756
--	-----

### PARTE XIII • Dos crimes contra a fé pública

121. Qual o alcance da <i>falsidade grosseira</i> para a tipificação do crime de falsificação de documento? .....	783
122. O falso é sempre absorvido pelo estelionato, quando cometidos pelo mesmo agente? .....	792
123. A declaração de pobreza pode servir de base para a configuração do delito de falsidade ideológica? .....	810
124. A falsificação e o uso de documento falso configuram concurso de crimes ou delito único? .....	823
125. Qual a influência da autodefesa no cenário do delito de falsa identidade? .....	840

### PARTE XIV • Dos crimes contra a Administração Pública

126. É viável o concurso entre roubo e resistência, cometidos no mesmo contexto? .....	851
--	-----

127. Para a configuração do delito de desobediência, torna-se indispensável a comunicação da ordem diretamente ao destinatário? .....	861
128. A existência de outra modalidade de punição afasta o crime de desobediência? .....	881
129. Como confrontar o dever de sigilo médico e a ordem judicial para fornecimento de dados, no cenário do crime de desobediência? .....	892
130. A embriaguez do agressor descaracteriza o crime de desacato? .....	900
131. Existe condição específica para a instauração do inquérito ou da ação penal para a apuração do crime de sonegação de contribuição previdenciária? .....	909
132. Para a configuração do delito de falso testemunho, deve-se avaliar a relevância jurídica do fato narrado? .....	920
133. Exige-se o compromisso de dizer a verdade, tomado da testemunha, antes do depoimento, para a configuração do crime de falso testemunho? .....	938

## LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

### PARTE XV • Lei de Drogas

134. É aplicável o princípio da insignificância no caso de posse de droga ilícita para uso?...	957
135. Quais são os critérios para distinguir entre a posse para consumo pessoal e o tráfico?...	963
136. Como aplicar o princípio da retroatividade da lei penal benéfica no tocante ao tráfico com diminuição de pena, previsto no art. 33, § 4.º, da Lei 11.343/2006? .....	982
137. Cabe pena alternativa para condenado por tráfico de drogas? .....	996
138. Qual o critério para graduar a diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas? ...	1007
139. É cabível a liberdade provisória para indiciados ou réus de tráfico de drogas? .....	1026

### PARTE XVI • Lei de Execução Penal

140. Para o registro de falta grave no prontuário do condenado é indispensável a atuação prévia da defesa técnica? .....	1036
141. Cabe remição pelo estudo? Em que medida? .....	1043
142. Os dias remidos constituem pena efetivamente cumprida para fins de cálculo dos demais benefícios? .....	1052
143. A falta grave do condenado prescreve? .....	1058
144. Prorroga-se automaticamente o livramento condicional em face do cometimento de nova infração penal, pelo condenado, durante o período de prova? .....	1065

### PARTE XVII • Código de Trânsito Brasileiro

145. O condutor, que participa de racha ou imprime velocidade excessiva na direção de veículo automotor, age com dolo eventual ou culpa consciente? .....	1074
146. Os crimes de perigo devem ser absorvidos pelos de dano? .....	1095

147. Qual critério deve ser utilizado para a fixação do <i>quantum</i> da suspensão ou proibição do direito de dirigir veículo automotor? .....	1109
148. Pode-se aplicar perdão judicial aos crimes de trânsito? .....	1119
149. Se a vítima morre instantaneamente, terceiros a socorrem ou ocorre recusa ao auxílio, aplica-se a causa de aumento de omissão de socorro, no homicídio culposo? .....	1127
150. O crime previsto no art. 305 do CTB (afastar-se do local do acidente) afeta algum princípio constitucional? .....	1136
151. Para a configuração do delito de embriaguez ao volante demanda-se a realização de exame de corpo de delito? .....	1147

### PARTE XVIII • Lei da Violência Doméstica (Lei Maria da Penha)

152. Qual a amplitude das relações domésticas para fins de aplicação da Lei Maria da Penha? .....	1157
---	------

### PARTE XIX • Lei de Armas

153. É crime a posse (ou o porte) de arma desmuniada? .....	1165
154. Em que situações o delito relativo ao porte ilícito de arma de fogo pode ser absorvido por outro crime? .....	1176
155. Exige-se laudo pericial da arma para a tipificação dos delitos previstos na Lei 10.826/2003? .....	1185
156. Os crimes de posse, porte, comércio e tráfico ilegal de armas são insuscetíveis de liberdade provisória? .....	1196

### PARTE XX • Lei do Meio Ambiente

157. É aplicável o princípio da insignificância no contexto dos crimes ambientais? .....	1205
--	------

### PARTE XXI • Lei dos Crimes Falimentares

158. Aplica-se, aos crimes falimentares, a teoria da unicidade das penas? .....	1222
---	------

### PARTE XXII • Lei dos Crimes Hediondos

159. Cabe indulto para delitos hediondos? .....	1236
---	------

### PARTE XXIII • Estatuto da Criança e do Adolescente

160. O crime de corrupção de menores (antigo art. 1.º, Lei 2.252/54; atual art. 244-B, ECA) é formal ou material? .....	1244
---	------